



Prefeitura Municipal de Guararapes

ESTADO DE SÃO PAULO

1

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2017

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUARARAPES**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 48.468.284/0001-71, estabelecido nesta cidade, na Avenida Marechal Floriano, nº 565, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Tarek Dargham**, brasileiro, casado, agropecuarista, portador do RG. nº 5.658.579-SSP/SP, e do CPF.nº 803.886.398-49, residente e domiciliado nesta cidade à Rua João Batista Peres Marques, 976, Centro, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e do outro **ASILO SÃO VICENTE DE PAULO**, entidade de assistência social sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 45.539.293/0001-18, e devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social e/ou registrada no Cadastro da Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social, do Governo do Estado de São Paulo, com sede a Rua Campos Sales, 1491, nesta cidade de Guararapes, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Presidente, **Gregório Jordão**, brasileiro, casado, comerciante, portador do RG nº 7.639.2004, CPF nº 034.067.508-00, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, resolvem celebrar o **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento no Processo Administrativo nº 066/2016 e justificativa, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014, na Instrução nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, sujeitando-se, no que couber, às normas contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Cooperação tem por objeto o Serviço de Acolhimento Institucional com meta de atendimento a 40 idosos, a serem realizados no exercício de 2017, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA GESTÃO

A **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL** nomeia como gestor do presente Termo de Colaboração a senhora **Suely Aparecida Marquini**, Diretora do Departamento de Assistência Social, portadora do RG



nº 11.077.125-4 e do CPF nº 001.924.718-48, conforme Portaria Municipal nº 7.663, de 20 de janeiro de 2.017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I - SÃO OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- a) Transferir os recursos para a execução deste objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
- d) promover a transferência dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- e) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- g) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos conforme Plano de Trabalho apresentado;
- h) aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
- i) manter, em seu sítio oficial na internet, as informações da parceria celebrada e o Plano de Trabalho, até cento e oitenta dias, após o respectivo encerramento.

II - SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- c) Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e do Tribunal de Contas



Prefeitura Municipal de Guararapes

ESTADO DE SÃO PAULO

3

correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

e) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

f) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;

g) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;

h) Divulgar esta parceria em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei 13.019/2014, bem como atender a Lei Federal nº 12.527/2011;

i) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência; (verificar se será exigido prestação de contas mensal);

j) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

k) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e



Prefeitura Municipal de Guararapes

ESTADO DE SÃO PAULO

4

coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos à outra Organização da Sociedade Civil, congêneres ou não;

l) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

m) comprovar todas as despesas por meio de nota fiscal ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;

n) aplicar os recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

o) comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;

p) não aplicar Taxa de Administração ou despesas administrativas como condição para a execução do presente objeto;

q) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte, salvo se forem utilizados;

r) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

s) comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Colaboração todas as metas quantitativas e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;

t) Manter-se adimplente com o Poder Público naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

u) comunicar a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a substituição dos responsáveis pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, assim como alterações em seu Estatuto.



CLÁUSULA QUARTA - REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade.

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e o pessoal que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Colaboração, no presente exercício, a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL transferirá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de acordo com o cronograma de desembolso, os valores mensais de: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), de fonte municipal; R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), de fonte estadual; e R\$ 1.460,00 (Um mil, quatrocentos e sessenta reais), de fonte federal.

O repasse dar-se-á no dia 10 de cada mês.

O repasse financeiro de cada mês fica condicionado à aprovação pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL da prestação de contas do mês anterior.

As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros, segundo o cronograma de desembolso, serão depositados na conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto, na Agência nº 1210-6, no Banco Caixa Econômica Federal, na Conta Corrente nº 003-1153-2, Conta Corrente nº 003-1154-0, Conta



Corrente nº 003-1155-9 e Conta Corrente nº 003-1156-7, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, poderá admitir a realização de pagamentos em espécie, desde que devidamente justificado.

Os rendimentos financeiros dos valores aplicados poderão ser utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a participar de novos parceiros, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- d) descumprimento dos termos previstos neste instrumento.

Compromete-se ainda, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a recolher à conta da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado



financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestar contas mensalmente até o 10º dia subsequente ao da última, sob pena de suspensão dos recursos financeiros, e de forma integral das receitas e despesas até o dia 31 de janeiro do exercício seguinte, segundo a Lei nº 13019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar Balanço Patrimonial, demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do balancete analítico anual, segundo as normas contábeis vigentes.

Durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete em manter em arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

Este Instrumento tem sua vigência de 02/01/2017 até 31/12/2017, podendo ser aditada, conforme Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras Organizações da Sociedade Civil, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Fomento;



- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Fomento;
- f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- j) Realizar despesas com:
 - a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
 - b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
 - c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;
 - d) pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL poderá aplicar as seguintes penalidades na ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pelo não cumprimento do presente instrumento:

- a) advertência;
- b) suspensão dos repasses;
- c) multa;
- d) declaração de idoneidade e proibição de recebimento de recursos públicos.

Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentada e concedida / direito de ampla defesa e contraditório, bem como comunicada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, desde que cumprido o prazo mínimo de 90 (noventa) dias para publicidade dessa intenção.

Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO, inclusive com reajuste dos valores repassados, se devidamente justificado e observada a conveniência do interesse público.

Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Controle Interno, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado no meio oficial da administração pública, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Guararapes para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.



Prefeitura Municipal de Guararapes

ESTADO DE SÃO PAULO

10

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

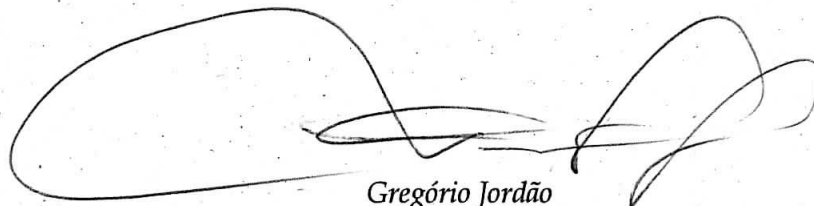
E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Guararapes, 30 de janeiro de 2017



Tarek Dargham

Prefeito



Gregório Jordão

Asilo São Vicente de Paulo



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARARAPES

Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016

www.guararapes.sp.gov.br | www.guararapes.dioe.com.br

Terça-feira, 31 de janeiro de 2017

Ano II | Edição nº 59

Página 2 de 4

PODER EXECUTIVO DE GUARARAPES

Atos Administrativos

Termo de Colaboração

Vigência – 02 de janeiro de 2.017 a 31 de dezembro de 2.017

Código Localizador: O1WMF6AQ

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Administração Pública - Prefeitura Municipal de Guararapes

Organização da Sociedade Civil - Asilo São Vicente de Paulo

Objeto - Serviço de Acolhimento Institucional com meta de atendimento a 40 idosos, a serem realizados no exercício de 2017

Nº - 003/2.017

Valor Mensal - R\$ 2.000,00/fonte municipal; R\$ 1.600,00/fonte estadual; e R\$ 1.460,00/fonte federal.

Assinatura - 30 de janeiro de 2.017

Vigência – 02 de janeiro de 2.017 a 31 de dezembro de 2.017

Código Localizador: 210EUCI/

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Administração Pública - Prefeitura Municipal de Guararapes

Organização da Sociedade Civil - Educandário Nossa Senhora Aparecida de Guararapes

Objeto - Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 15 anos para o exercício de 2017, com meta de atendimento a 85 crianças e adolescentes

Nº - 001/2.017

Valor Mensal - R\$ 1.950,00/fonte municipal e R\$ 2.012,62/fonte estadual.

Assinatura - 30 de janeiro de 2.017

Vigência – 02 de janeiro de 2.017 a 31 de dezembro de 2.017

Código Localizador: XFMFZXBA

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Administração Pública - Prefeitura Municipal de Guararapes

Organização da Sociedade Civil - Instituto Nossa Senhora de Fátima

Objeto - Execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 06 a 15 anos com meta de atendimento a 85 crianças e adolescentes, a serem realizados no exercício de 2017

Nº - 002/2.017

Valor Mensal - R\$ 1.950,00/fonte municipal e R\$ 2.012,00/fonte federal

Assinatura - 30 de janeiro de 2.017

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Administração Pública - Prefeitura Municipal de Guararapes

Organização da Sociedade Civil - Casa Abrigo "Nosso Lar"

Objeto - Serviço de Acolhimento Institucional com meta de atendimento a 20 crianças e adolescentes, a serem realizados no exercício de 2017

Nº - 004/2.017

Valor Mensal - R\$ 27.500,00/fonte municipal; R\$ 1.158,40/fonte estadual; e R\$ 5.000,00/fonte federal.

Assinatura - 30 de janeiro de 2.017

Vigência – 02 de janeiro de 2.017 a 31 de dezembro de 2.017

Código Localizador: TWRHVYOH



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARARAPES

Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016

www.guararapes.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guararapes

Segunda-feira, 18 de dezembro de 2017

Ano II | Edição nº 257

Página 6 de 7

para execução de rampas de acessibilidade nos bairros Clineu de Almeida, José Garcia e Francisco Antonioli.

Valor - R\$ 20.700,00/Total

Nº - 394/2.017

Assinatura - 07 de dezembro de 2017

Vigência - 07 de dezembro de 2017 a 05 de abril de 2018

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante - Prefeitura Municipal de Guararapes

Contratado - Centro Terapêutico Restauração Divina Ltda - ME

Nº do Contrato - 358/2.017

Valor - R\$ 1.516,66/Mensais

Objeto - Contrato de prestação de serviços objetivando o tratamento de reabilitação, remoção e internação de dependentes químicos e alcoólatras, em atendimento à decisão do Juízo de Direito da Comarca de Guararapes.

Data de Assinatura - 31 de outubro de 2017

Vigência - 31 de outubro de 2017 a 30 de abril de 2018

Atos Administrativos

Convênios

EXTRATO DE CONVÊNIO

Conveniente - Prefeitura Municipal de Guararapes

Conveniada - Santa Casa de Misericórdia de Guararapes

Objeto - O presente convênio tem por objeto integrar a CONVENIADA ao Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde consistentes na prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais, visando a garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual a CONVENIADA está inserida

Valor - R\$ 114.274,00/Mensais

Nº do Convênio - 002/2.017

Assinatura - 15 de fevereiro de 2017

Vigência - 15 de fevereiro de 2017 a 14 de fevereiro de 2018

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Administração Pública - Prefeitura Municipal de Guararapes

Organização da Sociedade Civil - Associação de Amparo ao Excepcional "Ritinha Prates"

Objeto - Termo de rescisão ao Termo de Colaboração nº 011/2.017, celebrado entre as partes acima, visando a prestação de serviços na área de saúde, com atendimentos médicos hospitalar e ambulatorial na média e alta complexidade para pessoas com deficiências.

Termo de rescisão - 007/2.017

Assinatura - 31 de agosto de 2017

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Termo de Colaboração nº 001/2017 publicado no Diário Oficial do Município do dia 31/01/2017 - Ano II - Edição 59 - Pagina 2, ONDE SE LÊ: Valor Mensal - R\$ 1.950,00/fonte municipal e R\$ 2.012,62/ fonte estadual LEIA-SE: Valor Mensal - R\$ 2.300,00/fonte municipal e R\$ 2.200,00/fonte estadual

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Termo de Colaboração nº 002/2017 publicado no Diário Oficial do Município do dia 31/01/2017 - Ano II - Edição 59 - Pagina 2, ONDE SE LÊ: Valor Mensal - R\$ 1.950,00/fonte municipal e R\$ 2.012,00/ fonte estadual LEIA-SE: Valor Mensal - R\$ 2.300,00/fonte municipal e R\$ 2.200,00/fonte estadual e R\$ 3.500,00/ fonte federal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Termo de Colaboração nº 003/2017 publicado no Diário Oficial do Município do dia 31/01/2017



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARARAPES

Conforme Lei Municipal nº 3.427, de 22 de setembro de 2016

www.guararapes.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guararapes

Segunda-feira, 18 de dezembro de 2017

Ano II | Edição nº 257

Página 7 de 7

- Ano II – Edição 59 – Pagina 2, ONDE SE LÊ: Valor Mensal - R\$ 2.000,00/fonte municipal e R\$ 1.600,00/ fonte estadual e R\$ 1.460,00/fonte federal LEIA-SE: Valor Mensal - R\$ 2.000,00/fonte municipal e R\$ 2.000,00/fonte estadual e R\$ 1.460,00/fonte federal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Termo de Colaboração nº 006/2017 publicado no Diário Oficial do Município do dia 31/01/2017 - Ano II – Edição 59 – Pagina 3, ONDE SE LÊ: Valor Mensal - R\$1.660,00/fonte municipal e R\$ 2.837,62/ fonte estadual e R\$ 3.500,00/fonte federal LEIA-SE: Valor Mensal - R\$ 2.300,00/fonte municipal e R\$ 2.200,00/fonte estadual e R\$ 3.500,00/fonte federal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Termo de Colaboração nº 007/2017 publicado no Diário Oficial do Município do dia 31/01/2017 -Ano II – Edição 59 – Pagina 3, ONDE SE LÊ: Valor Mensal - R\$1.100,00/fixos, R\$ 467,82/por aluno matriculado, de fonte municipal e R\$ 63,80/por aluno matriculado, fonte estadual e R\$ 1.575,00/fonte federal LEIA-SE: Valor Mensal - R\$ 1.100,00/fonte municipal e R\$ 2.360,60/fonte estadual e R\$ 1.575,00/fonte federal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Termo de Colaboração nº 008/2017 publicado no Diário Oficial do Município do dia 31/01/2017 -Ano II – Edição 59 – Pagina 3, ONDE SE LÊ: Valor Mensal - R\$ 3.000,00/fonte federal LEIA-SE: Valor Mensal - R\$ 340,00/fonte municipal e R\$ 3.000,00/fonte federal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Termo de Colaboração nº 010/2017 publicado no Diário Oficial do Município do dia 31/01/2017 - Ano II – Edição 59 – Pagina 4, ONDE SE LÊ: Valor Mensal - R\$ 1.680,00/fonte municipal e R\$ 2.800,00/ fonte estadual LEIA-SE: Valor Mensal - R\$ 2.800,00/fonte estadual

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Termo de Colaboração nº 013/2017 publicado no Diário Oficial do Município do dia 31/03/2017 - Ano II – Edição 95 – Pagina 11, ONDE SE LÊ: Valor Mensal - R\$ 450,00/por criança/fonte municipal LEIA-SE: Valor Mensal - R\$ 490,00/por criança/fonte municipal

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

No extrato do Termo de Colaboração nº 022/2017 publicado no Diário Oficial do Município do dia 11/04/2017 - Ano II – Edição 102 – Pagina 04, ONDE SE LÊ: Nº 006/2017 LEIA-SE: Nº 022/2017